

Ressignificando a cidade colonial e extrativista

Bem Viver a partir de contextos urbanos *

Mario Rodríguez Ibáñez

Para poder se encontrar, primeiro é preciso ter a coragem de se perder.
Grafite em La Paz, década de 1990

A cidade elevou-se, no simbólico dominante, ao lugar privilegiado de distanciamento da Natureza, ao lugar da civilização, ao lugar do sucesso moderno, à materialização do progresso e do desenvolvimento. A cidade identificou-se como distanciamento do camponês, e em nosso continente invadido isso significa, também, distanciamento do indígena, em oposição ao rural, relacionado com a “dependência” dos ciclos da Natureza. A cidade se fez, assim, o lugar privilegiado para não sermos nós mesmos, para deixarmos de nos olhar no espelho, e, ao contrário, para tentarmos viver uma farsa de imitações do que é externo, do “civilizado”, do “desenvolvido”, do moderno-colonial.

As cidades são o coração da reprodução dos modos de vida dominantes, coloniais, modernos, capitalistas.

Mario Rodríguez Ibáñez integra a equipe de Wayna Tambo – Rede da Diversidade da Bolívia. É educador com foco em temas como a interculturalidade, o urbano e o desenvolvimento moderno.

* Publicado originalmente em *Alternativas al Capitalismo / Colonialismo del siglo XXI* (Quito: Fundación Rosa Luxemburgo; Abya Yala, 2013).

As cidades são o lugar onde são alimentadas as subjetividades que consolidam nosso histórico saque e o extrativismo primário ao qual a Colômbia nos condenou. E, no entanto, nossas cidades não escapam de sua sina: não podem ser habitadas por nossos outros modos de vida profundamente indígenas ou originários, que disputam a partir do “popular” seus significados e suas configurações.

Sim, é preciso ter a coragem de se perder do que viemos normalizando como espaço e modos de vida urbanos: perder-se dessas características com as quais temos aceitado nossas vidas nas cidades, ou, pelo menos, com as quais temos acreditado que deveríamos urbanizar-nos, sinônimo de civilizar-nos. Não há outra maneira de nos encontrarmos, de nos reencontrarmos...

Este artigo tem como base as conversações e experiências que temos compartilhado na Rede da Diversidade da Bolívia,¹ complementadas pelo intercâmbio com outras experiências do país e do continente, entre elas, as de grupos da Venezuela,² especialmente do Movimento de Pobladores e Pobladoras, com quem, por meio de um cômplice compartilhado, nasceu a ideia deste texto. Poderíamos, em princípio, haver colhido os resultados dos intercâmbios com a Venezuela. No entanto, decidimos que seria mais pertinente e coerente que o presente artigo se referisse ao que temos debatido e criado na Rede da Diversidade da Bolívia, e deixasse espaço para uma voz própria dos venezuelanos.

Assim, este texto não tenta ser um trabalho rigoroso sobre o tema urbano ou um relato histórico, e sim está situado

1 Rede da Diversidade da Bolívia, formada por Wayna Tambo, da cidade de El Alto; Yembaitienda, de Tarija; Sipas Tambo, de Sucre; Yatika Pox, de Santa Cruz; e Imillas-Kasa Kamasa, de Cochabamba.

2 Visitas de intercâmbio que incluíram, na Bolívia e na Venezuela, as seguintes organizações venezuelanas: Movimento de Pobladores e Pobladoras, Tiuna el Fuerte, Associação Nacional de Meios Comunitários, Livres e Alternativos (ANMCLA), Rede de Trocas e os Gabinetes Populares do Município de Sucre, do Estado de Barinas.

no lugar dos sentidos de ressignificação e reconfiguração da cidade, a partir desse horizonte que denominamos Ben Viver. Tem muito mais um caráter de busca do que de verdades, mais de provocações do que recebidas, mais de perguntas do que de respostas. A partir daí falamos, a partir daí compartilhamos estas palavras.

A configuração das cidades

Não realizaremos um relato histórico da configuração de nossas cidades, pelo menos daquelas que são as capitais dos departamentos³, e sim destacaremos, de maneira muito geral, três características-chave para compreendê-las a partir do imaginário dominante: seu caráter colonial, os processos de modernização e a aceitação contemporânea do consumo.

O colonial: marca de nascimento de nossas cidades

A invasão colonial fundou cidades. Estas foram cenário da penetração externa e da despossessão das populações locais e originárias. Nasceram coloniais, e essas características, assim como a colonialidade em nossas vidas, permanecem até hoje.

As cidades construíram-se como invasoras: penetraram um território, no geral, já habitado pelos indígenas, ergueram-se a partir da despossessão dos territórios dos habitantes originários, e consolidaram o externo por

3 Regiões administrativas equivalentes aos estados brasileiros. [N. E.]

meio da penetração violenta, que não estava disposta a conversar, mas a impor sua presença.

As cidades foram erguidas seguindo dois critérios básicos: primeiro, a proximidade de um “recurso natural” para ser explorado e saqueado em benefício dos invasores e da potência colonial; e, segundo, contar com fontes de água para resolver as necessidades básicas de sobrevivência.

Essas cidades coloniais não podem ser compreendidas sem essas características fundantes, constitutivas de seu espírito. Ao se saberem invasoras de um território alheio, o que obrigava a despossessão dos povos originários, construíram-se a partir de uma lógica de proteção, de defesa militar diante desse inimigo que ia se constituindo no “outro” a ser batido pela dominação colonial: o indígena-rural. Essa foi a marca inicial de nossas cidades.

Quase todas que nasceram nesse período configuraram-se arquitetonicamente a partir de uma praça central que aglutinava o poder simbólico e real da época: a administração política, a igreja e o comércio, que depois seria substituído pelos bancos. Essa praça central era contornada pelas casas das famílias colonialistas invasoras. Atrás destas, o espaço militar de defesa, ao que devemos a denominação de “quadras”, quando nos referimos à estrutura organizativa urbana: linguagem militar que habita nossa organização urbana. Depois desses quarteirões e sistemas de defesa, havia o espaço permitido para o acesso desses “outros” e “outras”: as populações indígenas. Ali, por volta da quarta ou quinta quadra a partir da praça central, instalavam-se os mercados para a chegada dos camponeses-indígenas com seus produtos. Hoje, nesse lugar se encontram, quase sempre, os “mercados centrais” de nossas cidades, formados com base na sua herança colonial. As cidades bolivianas de Tarija, La Paz, Sucre, Cochabamba, Santa Cruz, Oruro ou Potosí evidenciam esse esquema.

Em Tarija, como em outras cidades, por exemplo, apenas a praça “central” recebe popularmente o nome de “praça” — as outras são “pracinhas”. Tais expressões mostram precisamente a concentração do poder simbólico e real em torno das praças centrais, assim como a concentração do poder nas castas coloniais, que se concentraram em elites locais. É tão significativo esse poder simbólico em torno das praças centrais — ou “praças de armas”, como diriam em outros países — que já na época republicana as elites locais construiriam ali as sedes dos “clubes sociais”, para acentuar o poder simbólico de uma estrutura colonial que une desigualdade de classe com estratificação étnica. Esses “clubes sociais” eram somente para a “sociedade”, ou seja, para os setores portadores da colonialidade dominante: elites brancas e enriquecidas a partir da lógica do saque das riquezas do país e da apropriação do erário. As praças, até depois da Revolução Nacionalista ocorrida na Bolívia em 1952, eram territórios proibidos para índios e índias, que precisavam de permissões e autorizações para transitar por tais espaços. A cidade colonial nasceu segregadora.

Até hoje se encontra no átrio da igreja de San Francisco, em La Paz, uma placa que marca o limite entre a cidade espanhola e a cidade de índios. A fronteira interna estava definida e ainda permanece assim, com diferentes variantes. Recordemos, por exemplo, que a festa do Gran Poder, em La Paz, era indígena e nasceu em uma região de índios, a oeste da cidade. Essa festa só podia acontecer nesse território de índios. Somente na década de 1960 tal festividade — ligada ao ciclo ritual agrícola andino — pôde consolidar sua penetração no centro da cidade, território até então sagrado para as elites coloniais. A respeito disso, vale recordar o que aconteceu em 2001, quando, poucos dias antes do

início do Gran Poder, faleceu Víctor Paz, ex-presidente da Bolívia em três ocasiões e fundador do Movimento Nacionalista Revolucionário. Diante da declaração de luto nacional, a prefeitura de La Paz, governada pela esquerda moderada de Juan del Granado, tentou impedir ou postergar a festa. Depois de longas negociações — que não detalharemos agora —, as fraternidades organizadoras conseguiram que a festividade fosse realizada, mas o acordo foi que não ingressasse no centro da cidade. A esquerda moderada que então ocupava a prefeitura de La Paz reproduzia as lógicas coloniais: os “índios” podiam dançar e beber, desde que não entrassem no centro colonial, para não manchar o luto. A festa não apenas foi realizada como excedeu a barreira de guardas municipais, tomou o centro e prolongou seu percurso. Simbolicamente, disputava-se o poder sobre a cidade: um poder que os setores aimará já acompanhavam com crescente presença econômica.

Na atualidade, as praças centrais bolivianas continuam sendo um símbolo colonial, branco, dominante e anti-índio. Quando, em 2008, a ofensiva conservadora e oligárquica se viu derrotada no país, e setores camponeses e indígenas cercavam a cidade de Santa Cruz, ameaçando “tomar” a cidade, os dirigentes direitistas da sociedade civil e dos governos departamentais convocaram a defender a praça como seu último reduto, onde “nunca poderá entrar um índio”. O mesmo aconteceu simbolicamente com a humilhação de indígenas na praça central de Sucre, em 24 de maio de 2008, ou em Cochabamba, um ano antes. Para finalizar os exemplos, cabe recordar o ocorrido durante a nona marcha indígena em defesa do Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécuré (Tipnis). Nessa ocasião, os habitantes de San Ignacio de Moxos, opositores da marcha, decidiram que apenas permitiriam a passagem dos manifestantes se contornassem a cidade sem entrar na praça.

Na Bolívia, a praça continua sendo símbolo do poder colonial: continua causando estratificação e segregação. O simbólico urbano do poder não é apenas colonial, como expressão da discriminação étnica e de classe, mas também patriarcal. As praças, já no período republicano, foram preenchidas com monumentos dos homens que fundaram tais cidades, de heróis da independência ou de “insignes” personagens intelectuais ou empreendedores, quase sempre masculinos, detentores de posses e guerreiros. As cidades foram construídas com base na dominação masculina. Basta observar como, desde seu nascimento, o espaço público urbano (ruas, praças e espaços esportivos) caracteriza-se por ser perigoso para as mulheres. O que hoje se denomina “insegurança cidadã” tem como vítimas principais as mulheres. O espaço urbano contribui para isso, porque sua organização está pensada a partir das necessidades e formas masculinas.

A cidade colonial — já se mencionou aqui — nasceu segmentando, fragmentando, estratificando a população em seu ordenamento urbano. Bairros para índios, para pobres, para ofícios considerados de pouco valor, quase sempre vinculados ao trabalho manual, que se aproximam mais à Natureza. Outros bairros, para ricos, para elites, para brancos. Essa característica persiste. Até agora são lembrados em Tarija os quatro bairros de sua origem, cada um para um segmento da população, claramente estratificada. Por isso, não é casual que o Clube Royal Operário, com sua camiseta com as cores dos sindicatos anarquistas, tenha sido fundado no bairro San Roque, destinado a operários e artesãos. Tampouco é casual que os planos de reordenamento urbano contemporâneos tendam a expulsar os setores populares das novas margens que são tomadas pelas elites, que abandonam os centros das cidades. Busca-se estratificar

e segmentar. A convivência entre diferentes é malvista: não é “civilizada” para a cidade colonial que nos acolhe.

A cidade boliviana, herdeira dos burgos europeus, constituiu-se, a partir dessa lógica colonial, como o lugar privilegiado do consumo. Nesta, são consumidos os alimentos produzidos pelos outros: as famílias camponesas-indígenas. Mas, ao mesmo tempo, consome-se a riqueza que beneficia o centro urbano, a riqueza espoliada no território colonial: naquela época, minérios, principalmente, e madeira; hoje, também hidrocarbonetos e monoculturas. Como consumidora, a cidade se beneficia, de maneira estratificada por setores de classe — que, em nosso continente, associam-se também com setores étnicos —, do extrativismo primário e do saque de nossas riquezas e de seres humanos. A ordem mundial estabelecida desde a Colônia nos condenou a essas dinâmicas. Os setores dominantes das cidades e do país exigem a manutenção do extrativismo saqueador para ter acesso aos serviços e benefícios que a vida urbana oferece. Essa relação é fundamental para compreender como nossas elites reproduzem o extrativismo e a economia primária exportadora: é a partir daí que reproduzem as formas coloniais e extraem seus benefícios, à custa do que é despossuído, invadido, penetrado, saqueado.

A cidade colonial instaurou no imaginário coletivo a ideia de que a civilização, a superioridade, são vividas nas cidades. Embora em grande parte de nosso período colonial tenha havido uma forte presença da vida em *haciendas* (quando as pessoas foram mais obrigadas a conviver, ainda que de forma tensa, com os indígenas), a cidade passou a ser o referente de poder e dominação, o centro da noção de civilização e superioridade, em contraposição ao rural, ao camponês, ao indígena, ao atrasado.

As modernizações: os sentidos “modernos” das cidades

Entre o final do século XIX e o começo do XX, o continente inteiro — e a Bolívia, em particular — viveu uma euforia pela chegada do “progresso”. A luz elétrica, o posterior advento dos automóveis, uma incipiente indústria, a atualização tecnológica na mineração e, pouco a pouco, o *boom* petrolífero, integraram esse cenário que entusiasmava os discursos de iluminação do novo século. Esse fervor emergia paralelamente ao declínio do sistema latifundiário e de *hacienda*, e a uma maior concentração urbana, com o respectivo auge de formas de vida associadas com esse progresso. As “luzes da cidade” encantavam, prometiam esse novo paraíso. As imagens das capitais europeias e norte-americanas consolidavam-se como o objetivo a ser alcançado. O século XX nasceu junto com uma onda de crescimento urbano. Recordemos que, no período da Colônia, Potosí passou a ser uma das maiores cidades do mundo, com uma população maior do que Paris ou Nova York. Mas, durante o século XIX, no período republicano, Potosí diminuiu de tamanho por causa do enfraquecimento da mineração da prata. Em geral, as cidades estancaram-se ou tiveram um crescimento pouco significativo. O século XX estreou uma repotencialização das cidades vinculadas às noções de sucesso, convidadas pelo progresso. Existe uma coincidência histórica que articula esse processo de urbanização e as tentativas de consolidar os Estados-nação no continente e em nosso país. Assume-se que nossos Estados republicanos não conseguiram construir uma nação forte, moderna, industrial, verdadeiramente independente. Nosso atraso já era considerado como algo constitutivo, medido a partir do

“progresso” da Europa e dos Estados Unidos — uma vez que Washington já tinha na época uma forte presença hegemônica no continente. Viva-se a transição da hegemonia inglesa-europeia para a norte-americana. Aliás, os debates urbanísticos se davam entre as tendências que seguiam os modelos de cidade norte-americanos e as que preferiam os europeus. No imaginário urbano, Paris continuava sendo o referente estético e de ordenamento — e, sem dúvida, o ideário colonial europeu dominou entre nossas elites senhoriais.⁴ Duas construções-símbolo de nossa colonialidade foram erguidas no fim do século XIX: o castelo da Glorietta, em Sucre, e a Casa Dourada, em Tarija. Essas construções senhoriais não foram fruto da época colonial, mas sim das elites do republicanismismo conservador do século XIX. As esperanças trazidas pelo progresso estavam carregadas de imitações coloniais.

O mesmo ocorria em âmbitos tão diversos como a educação, a economia, as artes ou os sistemas políticos. Na educação, por exemplo, discutia-se a criação de um sistema nacional que imitasse o “melhor” da Europa culta. Isso significava “civilizar” o índio camponês por meio da ação redentora da educação. Nesse sentido, a cidade assumia com maior força a centralidade do conhecimento: era sua portadora, porque estava mais próxima das imitações do Norte progressista, e a partir daí podia-se desenvolver

4 No presente artigo não nos aprofundaremos na noção de “modo de vida senhorial”. De maneira resumida, trata-se das formas que as classes dominantes e as elites de nossos países republicanos adotaram, que mesclam complexamente ideários de modernização com um sentido colonial da imitação bastante grosseiro. Isso foi configurando modos de vida e estéticas muito peculiares, ancorados na colonialidade, no patriarcado e na estratificação social, fenômenos que estão acenados em nossas sociedades e servem como cultura que reproduz nosso lugar primário exportador e extrativista na ordem econômica mundial. Tais modos de vida senhoriais das elites dominantes também penetraram em todas as camadas da sociedade e convivem com os outros modos de vida provenientes das culturas originárias, o que produz uma heterogeneidade que faz parte de nossa complexidade.

uma cruzada civilizatória em relação à zona rural. Na economia, o modelo industrializante urbano era o caminho a seguir. No entanto, esse modelo dependia da transferência de recursos do extrativismo extremo — a mineração —, já na época deslocada do eixo da prata para o do estanho, e da crescente produção petrolífera. O discurso era muito parecido com o contemporâneo: precisamos aumentar a extração e exportação de matérias-primas, uma vez que, graças a essa riqueza, poderemos obter excedentes suficientes para nos industrializar. O liberalismo, em suas diferentes vertentes e matizes, configurava o horizonte político correto.

As cidades concentraram esse imaginário modernizador-civilizador, profundamente colonial. O sucesso, o acesso ao conhecimento, as possibilidades ilimitadas das iniciativas econômicas, a criatividade artística, o contato com o “mundo” e a experimentação concentravam-se no espaço urbano. A possibilidade de ascensão e de civilização convergia na cidade, lugar de realização. A cidade distanciava-se ainda mais do rural, do indígena, embora tivesse que coabitar com esse “outro”, essa “outra” indígena. No entanto, o indígena ia penetrando nas cidades, recompondo-as e as disputando, embora nos discursos e imaginários persistisse a cidade como sinônimo de progresso e de “cultura civilizadora”, por imitação do colonial.

O discurso modernizador, acrescentado em meados do século XX, no período posterior à Segunda Guerra Mundial e ao processo do nacionalismo revolucionário, vinculou-se à ideia que considerava o “cosmopolita” e o “mestiço” como superior ao indígena originário. Nossas elites coloniais e republicanas não conseguiram derrotar o índio e tiveram de aceitar sua presença, inclusive majoritária, nas cidades. Então, uma vez que

não foi eliminado, era preciso ao menos integrá-lo ao carro do progresso, civilizá-lo ou, pelo menos, invisibilizá-lo, tanto pelo combate às suas tradições como pela folclorização de suas práticas culturais: era preciso esvaziá-las de sentido (do significado que possuem, como outros modos de vida) e integrá-las a uma noção amorfa que tudo abarca: a mestiçagem. As cidades eram carregadas de imaginários e modos de vida funcionais ao capitalismo e a uma versão moderna de progresso. A cidade se fazia cada vez mais capitalista, embora desde a Colônia já estivesse ligada a tal sistema — que então buscava expandir-se.

As cidades, desde o processo de modernização, também significaram uma ampliação das possibilidades de acesso, parte do discurso “democratizante” liberal: acesso mais simples e barato a serviços como água, esgoto, redes de energia elétrica ou transporte; acesso a sistemas de educação e saúde estatais que iam consolidando-se pouco a pouco, na segunda metade do século XX; acesso a fontes de emprego com relação salarial, o que permitia “desfrutar” do consumo mais livremente; acesso a espaços de “diversão”, como o cinema e os campos esportivos. É preciso lembrar que muito dessa ampliação do acesso e do consumo teve melhores condições nos centros mineiros, durante várias décadas do século XX; mas o imaginário associado com essa “democratização” se identificava com a cidade, com os modos de vida urbanos modernos e, ao mesmo tempo, profundamente coloniais.

A produção industrial nunca terminou de decolar e os projetos para construir uma burguesia nacional fracassaram. Reproduziram-se as elites extrativistas, saqueadoras de matérias-primas para a exportação. Simón Patiño, imagem do sucesso minerador, vivia e se movia na Europa do progresso; construía seus palácios na Bolívia e imitava as formas imperiais desse “velho” continente, como reprodução

senhorial de sua colonialidade. Não foi propriamente um burguês nem um industrial, mas sim um personagem senhorial que produzia um simbólico urbano na contra-mão da maioria da população dessas cidades, cada vez mais indígena. As cidades continuavam dependentes da apropriação do excedente que provinha da mineração e do petróleo, práticas extrativistas levadas a cabo fora da cidade; da apropriação do trabalho indígena camponês, pelo consumo barato dos alimentos; e de um sistema tributário que descansava na contribuição rural. As cidades se consolidavam como o lugar do consumo, cada vez mais acelerado e de mais bens, o que incrementava os critérios de necessidade. Mas não eram cidades produtoras, como até hoje não são.

As cidades apançaram seus centros urbanos. As novas ondas migratórias em direção às cidades, especialmente nas décadas de 1950 (fruto da reforma agrária) e 1970 (como efeito do novo *boom* petrolífero e da crise provocada por essa reforma agrária), colocaram as novas populações urbanas nos cinturões pobres não planejados. Reafirmou-se a ideia do centro-periferia marginal: um modelo que logo entraria em crise, porque a periferia era cada vez maior, mais envolvente, mais penetrante dos centros, ameaçadora.

Nossas cidades começaram a pensar no “planejamento urbano”, típico modelo da modernidade controladora. Mas tais critérios planejadores nunca conseguiram controlar os transbordamentos populares crescentes, desafiantes, atrevidos. As cidades se recompueram e as elites foram abandonando os centros como local de moradia para se deslocarem para as margens; no processo, despossuíram, outra vez, os excluídos de sempre, os herdeiros dos povos indígenas que haviam sido expulsos desde o período colonial.

No entanto, essa decomposição e recomposição da noção de centro das cidades não desgastou em nada o ideário das cidades como o centro do progresso, do desenvolvimento e da modernização. As cidades continuaram sendo esse eixo imaginário do sucesso e da civilização. Para deixar de ser indígena, para deixar de ser excluído e humilhado, era preciso ser urbano, pelo menos para começar.

A aceleração contemporânea do consumo: a consolidação das cidades

A segunda metade do século XX é o cenário do acelerado crescimento das cidades. As populações, em sua maioria, rurais, chegam a ter boa parte de seus habitantes nas cidades. É a emergência de novas configurações urbanas, que não necessariamente reproduzem as formas coloniais-moderinizadoras das capitais dos departamentos bolivianos. Sem dúvida, El Alto é o exemplo mais notável dessa outra cidade. Não nos deteremos nisso, mas mostraremos algumas características dessa explosão urbana baseada na lógica dominante capitalista e neoliberal e, em grande parte desse período, associada à aceleração dos processos de consumo.

As cidades abandonam o cidadão e se concentram no consumidor e na consumidora. Aceleram-se os modos de vida relacionados à cultura do descartável, do efêmero. A noção de comunicação se desloca da ideia de espaço de compartilhamento para a aceleração do deslocamento de maneira a facilitar os consumos e o efêmero, que já não comunica, e sim consome. As ruas deixam de ser meios de comunicação, no sentido de locais de convivência pública. Recordemos que as calçadas eram um espaço de encontro, com os bancos nos portões das casas, ou as pedras colocadas para se sentar e ver as pessoas. Agora

as ruas passam a ser vias de “comunicação”, na medida em que permitem acelerar o trânsito dos carros e pedestres. Não são mais um lugar para ficar, mas sim para passar de um lugar de consumo a outro. O mesmo acontece com o critério de praça, que, em seus modelos de construção, muda: de lugar de encontro, para dias de “campo de domingo”, de lugar para estar, converte-se em espaço de passagem ou então de eventos. As praças de San Francisco e a praça do Bicentenário, em La Paz, são um exemplo dessa tendência. As praças não possuem sombras, por isso não é possível permanecer nelas, a menos que alguma instituição organize um evento e ponha sua infraestrutura para ser consumida. Assim, abandonam-se os bancos, busca-se expulsar os comerciantes informais, que impedem a circulação, e se organizam as ruas para facilitar o tráfego veicular.

A cidade acelerada em seus consumos não perde o caráter colonial e modernizador, e, ao mesmo tempo, senhorial e imitativo. Nossas cidades se parecem cada vez mais entre elas: as mesmas noções de viadutos, de mercados-modelo, de praças, de multicentros comerciais e de diversão, de sistemas de transporte. Vão se perdendo as singularidades e os pertencimentos ao que é originário entram em crise: são substituídos por modelos de consumo que geram a ilusão de espaço compartilhado por meio da compra.

Deseja-se eliminar as feiras e mercados populares — que não apenas são locais de transações mercantis, como também de relações complexas e ricas — para reconstruí-los com critérios de supermercado, sem deixar de ser mercados com dezenas de pequenos comerciantes. Levantam-se construções funcionais para o comércio acelerado, para a noção de mercadoria e consumidores em circulação e, no entanto, esses

mercados se esvaziavam ou são reabitados de outras maneiras, como veremos mais adiante.

Esse tipo de cidade sustenta e aprofunda aceleradamente a estratificação, a fragmentação e a segregação, ao provocar novas hierarquizações. A cidade contemporânea não precisa mais ser administrada com base em sua diversidade. Existem grandes territórios que não se relacionam com o resto. A cidade contemporânea perde esses lugares que eram inevitavelmente de convivência, embora tensa, com os outros diferentes: os centros históricos habitados e não apenas comerciais, os mercados populares e as feiras, os espaços de diversão familiar, entre outros. Privatiza-se e se aprisiona o “tempo livre”, o que gera fragmentação pelo consumo. Apagam-se os locais de encontro, desabitam-se a rua e se privatiza a reunião. Consolida-se o consumo por faixas etárias, fazendo romper as noções de comunidade que integram as relações intergeracionais.

A aceleração, o descarte crescente, o consumo multiplicado são as marcas dessa cidade contemporânea — que não abandona, mas, pelo contrário, ergue-se justamente com base em suas matrizes coloniais. A cidade concentra o consumo, mas também o lixo. Consome graças ao que apropriou do extrativismo e da produção camponesa; e o que descarta é depositado de volta no campo, no rural. Não conseguimos sair desse modelo que identifica o urbano como o oposto ao rural, em enfrentamento com o camponês.

A população das cidades continua crescendo e é majoritária. As grandes cidades concentradas são as formas do mundo contemporâneo: maiorias crescentes, carregadas de imaginários de consumo capitalista, de desenvolvimento, de modernidade colonial, de modos de vida senhoriais.

Não é possível pensar em alternativas ao desenvolvimento se não desconstruirmos as cidades, não as reconfigurarmos, não as reabitarmos com base em outros modos de vida que convivem nelas.

Cidades em enfrentamento com o camponês-indígena: o urbano globalizado senhorial/colonialista modernista

Uma característica central das cidades, desde sua constituição colonial, é que compreendem a si mesmas a partir de sua diferenciação, sua distância, seu enfrentamento com o rural camponês e indígena. Em nosso continente, com muita força, e ainda mais na Bolívia, o rural camponês é indígena, e essa é uma característica-chave para compreender a configuração de nossas cidades.

Não existem critérios únicos e consensuais para definir as cidades no mundo. Fala-se de algumas características centrais, entre elas, populações concentradas, com alta densidade e um mínimo de 10 mil habitantes. No entanto, existe uma característica que chama a atenção no momento de definir as cidades nos fóruns internacionais: não mais de 25% de sua população se dedica a atividades agrícolas ou pecuárias. Esse é um exemplo claro de como a cidade é constituída, em seu imaginário, com base numa noção de distanciamento com o rural, com o camponês, que em nosso caso é indígena.